

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Chefes de STF e STJ defendem reajuste do Judiciário em encontro com Guedes

Juízes negam que salários de todos os magistrados subirão se Temer aprovar aumento de 16,38%

Mariana Carneiro e Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA Os presidentes do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, e do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro João Otávio de Noronha, defenderam o reajuste para o Judiciário em almoço com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta terça-feira (20).

O reajuste, de 16,38%, foi aprovado no Senado no último dia 7 e aguarda sanção do presidente Michel Temer para começar a valer. Temer tem até o dia 28 para sancionar ou vetar o aumento.

Durante o almoço, Toffoli apresentou a Guedes os mesmos dados que levou a Temer na semana passada para defender que o reajuste não afetará as contas do Judiciário federal. Segundo Toffoli, os tribunais superiores e os TRFs (tribunais regionais federais) preveem remanejar internamente seus recursos para cobrir o aumento, tirando de outras rubricas.

Ao final do encontro, Noronha disse a jornalistas que o almoço, realizado no STJ, serviu para esclarecer o assunto a Guedes. O presidente da corte minimizou o efeito cascata, pelo qual o reajuste no salário dos ministros do Supremo causa aumento também nos tribunais estaduais.

“Explicamos a ele [Paulo Guedes] que esse negócio de efeito vinculante é uma papagaiada, não existe. A Constituição só vincula [ao salário de ministro do STF] os tribunais superiores, 90 juízes

ministro João Otávio de Noronha
Presidente do STJ

“Explicamos a ele [Guedes] que esse negócio de efeito vinculante é uma papagaiada, não existe. A Constituição só vincula [ao salário de ministro do STF] os tribunais superiores, 90 juízes”, afirmou.

“Não pode querer transferir os problemas dos estados para a União. O estado tem que ter responsabilidade. Está na hora de cada tribunal [estadual] assumir o seu papel na realidade de cada estado”, disse.

Toffoli também afirmou a Guedes que o STF vai rever o auxílio-moradia (de R\$ 4.377) se o reajuste para os juízes for concedido, o que vai ajudar a compensar o aumento, conforme acordado com Temer em agosto. Toffoli destacou que o valor reajustado nos salários será tributável, enquanto o auxílio-moradia não é.

A magistratura passou a receber o auxílio-moradia a partir de setembro de 2014 por força de decisões liminares (provisórias) do ministro do STF Luiz Fux. As liminares ainda não foram analisadas pelo plenário do tribunal.

Conforme informou a coluna Mônica Bergamo nesta terça, Fux deverá, individualmente, derrubar suas próprias liminares assim que Temer sancionar o reajuste, em vez de levar as ações que discutem o auxílio-moradia para apreciação do plenário.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 NOV 2018

Se Temer sancionar o reajuste, como esperado, o salário dos ministros do STF passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil. Por consequência, os salários de todos os magistrados federais subirão, porque têm como referência o subsídio dos ministros do Supremo.

Mas os efeitos, comumente, vão além do Judiciário federal. Segundo técnicos da Câmara e do Senado, o impacto total nas contas públicas em todos os Poderes e esferas de governo pode chegar a R\$ 4 bilhões por ano por causa do efeito cascata e porque o teto do funcionalismo subirá (inclusive no Legislativo e no Executivo).

Noronha admitiu que o reajuste sofre resistência da área econômica, inclusive de Guedes. "Se eu estivesse no lugar dele também seria contra, ministro da Economia não quer gasto para o Estado. Mas essa questão é política, foi tratada no Congresso e está com o presidente da República", disse.

"Sabemos das dificuldades do país. Todos apoiamos a reforma da Previdência. Você não pode ser contra aquilo que é necessário para a sobrevivência econômica do país", concluiu Noronha.

Associações de juízes e membros do Ministério Público sustentam que o índice de 16,38% só repõe as perdas acumuladas entre 2009 e 2014.

Esse percentual é pleiteado pelas carreiras desde 2015, quando o STF, então presidido por Ricardo Lewandowski, enviou ao Executivo proposta orçamentária prevendo os 16,38%. A proposta passou pela Câmara em 2016, mas parou no Senado durante a presidência da ministra Cármen Lúcia, contrária ao reajuste.

O tema voltou à discussão com Toffoli, que assumiu a presidência do STF em setembro, e acabou sendo aprovado no Senado em novembro.

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Justiça sob Moro quer focar lavagem de dinheiro para asfixiar crime organizado

Ex-juiz quer ampliar para traficantes estratégia da Lava Jato de mirar patrimônio de líderes criminosos; novo diretor da PF é confirmado

Camila Mattoso, Gabriela Sá Pessoa e Talita Fernandes

BRASÍLIA O Ministério da Justiça sob o comando de Sergio Moro terá como foco principal o combate ao crime de lavagem de dinheiro, com o objetivo de asfixiar as organizações criminosas.

Nos bastidores, o termo utilizado pela equipe montada pelo ex-juiz é “descapitalização” contra facções e também envolvidos em corrupção.

Nas reuniões fechadas do grupo de transição de governo, em Brasília, definiu-se que a prioridade da gestão de Moro será mirar o patrimônio dos criminosos, uma estratégia que deu certo na operação Lava Jato e deve ser aumentada e reproduzida na guerra contra traficantes, por exemplo.

Não à toa, Moro escolheu para os mais importantes cargos ligados ao Ministério da Justiça pessoas com experiência nessa área de atuação.

Entre eles o atual superintendente da Polícia Federal no Paraná, Maurício Valeixo, 51, anunciado nesta terça (21) por Moro para ser o novo diretor-geral da Polícia Federal, em substituição a Rogério Galloro.

O outro nome é da delegada Érika Marena, que comandará o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional).

Ambos já receberam de Moro a missão de liderar, em suas áreas, esse modelo de trabalho a partir de 2019. A dupla é de extrema confiança do futuro ministro do governo de Jair Bolsonaro.

“Ele [Valeixo] tem a missão de fortalecer a Polícia Federal e que a Polícia Federal possa direcionar suas investigações principalmente com foco em corrupção e crime organizado. É um grande desafio, são problemas sérios, mas ele é uma pessoa plenamente capacitada”, afirmou o ex-juiz federal, em Brasília.

Valeixo já foi o número três da hierarquia geral do órgão, como diretor de Combate ao Crime Organizado (Dicor).

O futuro ministro elogiou Marena, afirmando que ela assumirá uma área estratégica da pasta que ele pretende fortalecer. “Não há ninguém melhor do que ela”, disse.

Marena atuou na Lava Jato e no caso Banestado, também com participação de Moro.

Também foi criticada na investigação de desvios de dinheiro na Universidade Federal de Santa Catarina. O reitor da UFSC se matou em um shopping após ser preso temporariamente.

Segundo Moro, a delegada “talvez seja a maior especialista no Brasil em cooperação jurídica internacional”.

Hoje, o DRCI tem problemas para conseguir resultados mais efetivos por causa da legislação atual.

O novo ministro deve se debruçar sobre propostas para alteração de leis que deem maior liberdade ao órgão, considerado chave para o combate ao crime de lavagem de dinheiro.

Os dois nomes anunciados por Moro atuaram com ele na condução da Lava Jato. “Eu seria um tolo se não aproveitasse pessoas que trabalharam comigo, especialmente no âmbito da Lava Jato porque já provaram integridade e eficiência”, disse.

O ex-juiz também foi questionado se levará o delegado Márcio Anselmo, um dos precursores da Lava Jato ao lado de Marena, para o governo Bolsonaro. “É um delegado de profunda qualidade, é possível, mas não tem nada definido ainda”, respondeu.

Valeixo deve anunciar em breve também sua equipe. Entre cotados para fazer parte de cargos estratégicos estão Igor Romário, delegado de destaque da Lava Jato, Disney Rossetti, superintendente da PF de SP, Cairo Costa Duarte, superintendente de Pernambuco, e Roberval Ré Vicaldi, número dois do PR atualmente.

CONTINUA

Novo chefe da PF atuou em prisões de Lula, Cunha e Delcídio

Não será a primeira vez que Moro e Valeixo terão juntos que tratar de assuntos diferentes da briga contra a corrupção.

No início dos anos 2000, quando se conheceram, o futuro diretor-geral da PF trabalhava em uma delegacia de combate contra entorpecentes no Paraná. Na época, o ministro de Bolsonaro já era juiz federal na área criminal.

Nos 18 anos que se seguiram tiveram de lidar juntos com outros episódios grandes, o último deles a prisão do ex-presidente Lula, em abril deste ano. O evento envolveu uma complexa operação, por se tratar de um político de tamanha popularidade.

Antes do ex-presidente, Valeixo já havia tido que lidar com outros figurões. As 5h de uma quarta, há quase exatos três anos, o delegado, então número três da hierarquia da Polícia Federal, acompanhava a primeira grande operação sob sua responsabilidade. Leandro Daiello era o diretor-geral.

Uma equipe da PF se dirigiu ao hotel Golden Tulip, em Brasília, para prender o líder do governo à época, o senador petista Delcídio do Amaral (MS), em novembro de 2015. Era a primeira vez desde a redemocratização, em 1985, que um senador era levado preso no exercício de seu mandato.

Valeixo chegou ao cargo de diretor de Combate ao Crime Organizado em setembro de 2015, o que lhe deu a oportunidade de chefiar praticamente todas as maiores operações contra a corrupção da PF.

Tendo de lidar com assuntos delicados de grandes nomes da política, o delegado se construiu como chefe discreto,

ganhou respeito dos subordinados por ser incentivador de investigações e por dar autonomia e respaldo às equipes.

No seu currículo está também a prisão do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ), em outubro de 2016, em Brasília. Naquele momento, o emedebista estava no mandato.

Em 5 de setembro do ano passado, recebeu um telefonema do delegado Marlon Cajado, que o avisou que havia encontrado malas de dinheiro em um "bunker" atribuído ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB-BA), preso atualmente na Papuda (DF).

Valeixo passou o dia ouvindo o "bolão" que os delegados promoveram na PF para tentar acertar quanto havia guardado no apartamento em Salvador: R\$ 51 milhões.

Por fim, antes de deixar o cargo de número três de Daiello, o diretor acompanhou uma das mais sensíveis investigações da polícia: as ações controladas dos executivos da JBS, que colocaram o presidente Michel Temer na berlinda.

Valeixo foi duas vezes superintendente da PF no Paraná, foi diretor geral de Pessoal (de 2011 a 2012), diretor de Inteligência (de 2012 a 2013) e adido em Washington (EUA).

A EQUIPE DEMORA



Maurício Valeixo
Será o novo diretor-geral da PF. É hoje superintendente da PF no PR, cargo que já ocupou de 2009 a 2011. Já foi nº 3 da hierarquia da polícia quando diretor de Combate ao Crime Organizado (2015-17)



Rosalvo Franco
O delegado atuou na PF por quase 33 anos e chefiou a superintendência do Paraná desde o início da Lava Jato até o ano passado, quando pediu aposentadoria



Erika Marena
Comandarà o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Trabalhou nas investigações do Banestado e da Lava Jato, ambas com participação de Moro

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ex-procurador da Mãos Limpas critica ida de Moro para Justiça

Lucas Neves

PARIS Gherardo Colombo, um dos procuradores italianos que lideraram a Operação Mãos Limpas, marco do combate à corrupção dos anos 90, afirma não entender as razões de Sergio Moro para aceitar o convite para entrar no mundo da política, comandando um superministério da Justiça e da Segurança Pública.

A Itália tem um precedente de migração para a política de uma figura que se celebrizou no Judiciário. Foi o que aconteceu com Antonio di Pietro, colega de Colombo na Mãos Limpas. Em 1996, ele virou ministro de Obras Públicas.

O senhor acredita que a participação de Moro no governo Bolsonaro alimentará dúvidas sobre a imparcialidade de sua atuação na Lava Jato e sobre a operação como um todo? Acredito que os juízes devem ser e parecer imparciais. Que perguntas são feitas, diante dessa nomeação, por aqueles que acompanharam a Lava Jato?

Moro disse que sua ida não deveria ser vista como recompensa pela sentença que enviou Lula para a prisão e que não pode viver "com base em um alibi falso de perseguição política"... As pessoas, sabendo que Bolsonaro era o antagonista de Lula, tenderão a relacionar as duas coisas, condenação e nomeação?

O projeto de Moro de levar para o ministério métodos e práticas da Lava Jato é suficiente para justificar seu ingresso no governo? Não existe o risco de que o ministro, ainda que apenas em nível subconsciente, seja levado a ver uma eventual corrupção de

representantes da força política que o nomeou de uma forma diferente daquela como vê a corrupção de quem se opõe a essa força?

Pergunto-me, por outro lado, por quais motivos ele não poderia continuar se ocupando da corrupção como juiz. Pergunto a você se a mentalidade do juiz, necessariamente imparcial e independente (de outra forma não seria juiz), pode coincidir com a de um ministro da Segurança.

Como a nomeação de Moro difere daquela do ex-procurador italiano Antonio di Pietro para o Ministério de Obras Públicas de Romano Prodi, em 1996? Ele foi criticado à época? Di Pietro foi nomeado ministro cerca de um ano e meio depois de ter abandonado as investigações da Mãos Limpas. E o foi por um presidente do conselho [primeiro-ministro], Romano Prodi, que havia militado por muito tempo na Democracia Cristã, um partido com muitos membros investigados e também presos na Mãos Limpas. Por isso, a nomeação não provocou comoção; se suscitou críticas, elas foram bastante limitadas.

Se Moro tivesse esperado um pouco mais para entrar na política, o volume e a virulência das críticas teriam sido menores? Um juiz que deseja assumir um compromisso político, principalmente se ele se tornou famoso por suas investigações, deveria abandonar definitivamente a magistratura e deixar passar um tempo razoável entre sua demissão e a entrada na política.

Também deveria, em todo caso, assumir esse compromisso de maneira que não se pudesse nem sequer suspeitar de que a política influenciou suas decisões.

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Futura ministra recebeu doação de réu por assassinato

Acusado de mandar matar líder indígena no MS!
deu R\$ 30 mil para campanha

Fabiano Maisonave

CURITIBA A futura ministra da Agricultura, deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), recebeu doação de campanha de um fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do líder indígena Marcos Veron.

O cheque de R\$ 30 mil, assinado por Jacintho Honório da Silva Filho, foi registrado no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) em 30 de setembro de 2014, quando Tereza Cristina concorria a uma vaga na Câmara pelo PSB.

À época, ele já era réu pelo crime, cometido em 2003. Veron, morto aos 73 anos, era reconhecido como uma das principais lideranças da numerosa etnia guarani-caiová, que luta há décadas por demarcação de terras em Mato Grosso do Sul.

Para o MPF, o fazendeiro é o mentor intelectual e financeiro dos crimes. Ele responde por homicídio duplamente qualificado, tentativa de homicídio qualificado, tortura, sequestro, formação de quadrilha armada e dano qualificado.

O caso aconteceu em 13 janeiro de 2003, no município de Juti (310 km ao sul de Campo Grande). Homens supostamente pagos por Silva Filho atacaram um acampamento montado dias antes por guarani-caiovás dentro da sua fazenda, Brasília do Sul, área reivindicada pelos indígenas.

Veron e outros seis guarani-caiovás foram sequestrados e levados na carroceria de uma caminhonete, onde sofreram tortura, incluindo sua filha Geisebel, grávida de sete meses.

O líder indígena morreu por traumatismo craniano após ser espancado com socos e coronhadas de espingarda.

Em 2010, três homens identificados como contratados pelo fazendeiro, Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos e Jorge Cristaldo Insabralde, foram condenados a 12 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de sequestro, tortura e formação de quadrilha, mas absolvidos do crime de homicídio. À época, o MPF classificou a decisão de “vitória parcial”.

Outros 21 réus não foram jul-

gados até hoje, incluindo o fazendeiro, um PM e Nivaldo Alves de Oliveira, apontado como o capanga que teria espancado Veron e que se entregou em 2015, após 12 anos foragido. Todos negam os crimes.

Em um caso raro na Justiça, o julgamento foi transferido de Dourados (MS) para São Paulo a pedido do MPF, sob a argumentação de que Silva Filho, já acusado de ser o mandante, estava coagindo testemunhas. O fazendeiro até hoje não foi a julgamento pelo crime cometido há 15 anos.

Em resposta por escrito, Tereza Cristina afirmou que “a família de Jacintho Honório da Silva Filho é amiga de longa data” e que a doação “é garantida pela legislação vigente”.

“Cabe esclarecer ainda que não há condenação. O fato de ser réu não quer dizer que tenha cometido qualquer crime”, completou Tereza Cristina, que preside a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), com 245 deputados e senadores.

CONTINUA

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em 2015, Tereza Cristina teve o seu nome envolvido com o ataque de fazendeiros que culminou na morte do cacique Simião Vilhalva, 24, no município de Antonio João, também no sul de Mato Grosso do Sul.

No dia 29 de agosto daquele ano, ela e outros dois parlamentares participaram de uma reunião no Sindicato Rural de Antônio João. Dali, saiu um comboio de camionetes rumo ao acampamento dentro de uma área em disputa no município.

Os integrantes do comboio atacaram os guarani-caiovás, que fugiram a pé. Durante a confusão, Vilhalva foi morto com um tiro na cabeça.

A reunião e o ataque estão sob investigação do Ministério Público Federal. O procedimento corre em sigilo do Justiça.

Questionada sobre a sua participação no encontro, a parlamentar disse que a sua posição foi a de esperar a chegada da Força Nacional, da PM e do MPF “para que fizessem a intermediação com os índios”.

“Nem o produtor rural merece perder suas terras nem o índio merece viver uma vida sem dignidade”, afirmou.

21 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Eis-me aqui

Dias Toffoli, presidente do Supremo e do Conselho Nacional de Justiça, decidiu instituir um grupo de trabalho para acompanhar, debater e propor políticas de segurança pública. A equipe, criada via CNJ, será chefiada por outro integrante do STF, o ministro Alexandre de Moraes, e contará com mais oito nomes, entre eles o do general da reserva Fernando Azevedo e Silva, indicado por Jair Bolsonaro para a Defesa. A iniciativa reposiciona o Judiciário no centro de debates sobre o tema.

OVO OU GALINHA? Pessoas que acompanharam as conversas que precederam a criação do grupo de trabalho dizem que Toffoli sondou os integrantes da equipe antes de Bolsonaro anunciar que Sergio Moro comandaria o Ministério da Justiça, pasta que assumirá a segurança pública na próxima administração.

AO TRABALHO A primeira reunião do grupo capitaneado por Moraes será na próxima semana, dia 24. O ministro, pinçado por Toffoli para a tarefa, já ocupou o ministério da Justiça e foi secretário de Segurança de São Paulo. Ele e Moro têm relação cordial.

AO TRABALHO 2 A ideia é inserir o Judiciário nas discussões sobre o tema dentro do governo federal e dos estados e alavancar a tramitação de propostas consideradas prioritárias no Congresso.

REPÚBLICA DA PARDA O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, hoje consultor da ONU, entrou na bolsa de apostas para chefiar a Secretaria Nacional de Segurança Pública na gestão de Moro.

21 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro dá a Valeixo missão de fortalecer a PF

Homem de confiança do ex-juiz,
atual superintendente da Polícia Federal no PR
é confirmado como futuro chefe da corporação

Brasília - O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, confirmou nesta terça-feira (20) o nome de Maurício Valeixo, atual superintendente da Polícia Federal no Paraná, como o próximo diretor-geral da Polícia Federal, em substituição a Rogério Galloro. Moro confirmou também a delegada Érika Marena, superintendente da PF em Sergipe, como próxima chefe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

“Valeixo tem a missão de fortalecer a PF e que a PF possa direcionar as investigações com foco em combate à corrupção e ao crime organizado. São desafios, mas é uma pessoa plenamente capacitada”, disse Moro ao anunciar o nome no comitê de transição do governo em Brasília.

Valeixo foi o número 3 da Polícia Federal durante parte da gestão do ex-diretor-geral Leandro Daiello, quando o atual diretor, Rogério Galloro, era o número 2. A avaliação dentro da

Polícia Federal é de que Valeixo é um bom nome e a escolha dele é vista não como uma ruptura, e sim como uma espécie de continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido no órgão, ao mesmo tempo que demarca a força do grupo de trabalho da Polícia Federal que atua no Paraná, o qual também terá outros integrantes no time de Moro.

A delegada Érika Marena, que coordenou a Lava Jato em sua origem, foi escolhida por Moro para assumir o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão estratégico para investigações internacionais e cooperação com outros países, sobretudo para desvendar esquemas de lavagem de dinheiro. Segundo Moro, Érika é a pessoa mais qualificada no Brasil para atuar nessa área. “Como vimos na Lava Jato e em outros casos, é muito comum a lavagem de dinheiro no exterior”, disse Moro, ao destacar a importância da função.

Érika foi alvo de questionamentos na Operação Ouvidos Moucos, que prendeu o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Cancellier, que se suicidou apontando a prisão como indevida. Houve críticas quanto a um possível abuso da PF. Uma sindicância, no entanto, apontou que a conduta dela foi adequada.

“A delegada tem minha plena confiança, o que houve em Florianópolis com o reitor foi uma tragédia, e a família tem toda a solidariedade. Mas foi um infortúnio na investigação e a delegada não tem responsabilidade quanto a isso”, afirmou Moro.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 NOV 2018

Outro nome da Lava Jato que pode vir para o time de Moro em Brasília é o delegado federal Márcio Anselmo, o condutor do inquérito original da operação. Moro disse que é um nome possível, mas não está confirmado. Segundo ele, Anselmo trabalha num cargo estratégico na PF. “Existem pessoas de qualidade que passaram na Lava Jato e todas essas pessoas estão de certa maneira no radar”, disse.

Moro também elogiou a permanência de Wagner Rosário como ministro da Controladoria Geral da União, posto que já ocupa no governo Michel Temer. A recondução de Rosário foi anunciada nesta terça-feira pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro. “A escolha foi do presidente, mas é uma boa escolha”, disse Moro.



Avaliação dentro da PF é que nomeação de Maurício Valeixo demarca a força do grupo de trabalho da corporação que atua no Paraná

21 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

MP pede novas investigações sobre Brites

Rafael Costa

Reportagem Local

Curitiba - O MPPR (Ministério Público do Paraná) pediu ao delegado responsável pelo inquérito sobre a morte do jogador Daniel Freitas que investigue o assassino confesso Edison Brittes por outras duas suspeitas de crimes independentes do caso.

A primeira está relacionada com um chip de celular encontrado com Brittes. O chip, que foi utilizado pelo empresário, pertencia a um homem que foi assassinado em 2016. Ele era suspeito de envolvimento com adulteração de carros roubados. O assassinato, que tem características de execução, nunca foi solucionado, e a localização do celular da vítima se tornou uma pista que poderia levar aos envolvidos. O promotor de Justiça João Milton Salles quer saber por que o chip estava com Brittes, informou a assessoria de imprensa do órgão.

A segunda suspeita a ser apurada relaciona o fato de Brittes ter em sua posse uma moto que está no nome de um condenado por tráfico de drogas e o fato de o investigado ter sido alvo de dois inquéritos sobre receptação. Os indícios poderiam indicar participação em organização criminosa.

O delegado Amadeu Trevisan, da Delegacia de São José dos Pinhais, recebeu o ofício do MP nesta segunda-feira (19). As investigações devem começar após a finalização do caso sobre o assassinato de Daniel. A previsão é que Trevisan conclua o inquérito ainda nesta semana. De acordo com a assessoria de comunicação da Polícia Civil do Paraná, o desfecho depende apenas da conclusão de laudos do IML (Instituto Médico Legal) e do Instituto de Criminalística. Não é descartada uma finalização ainda nesta quarta-feira (21).

PRISÕES

Sete suspeitos de participação no assassinato de Daniel estão presos preventivamente - incluindo Edison Brittes, a esposa Cristiana e a filha Allana. A Justiça de São José dos Pinhais negou, nesta terça (20), um pedido de revogação da prisão de Cristiana Brittes. A defesa dela diz que "ofereceu embargos de declaração, pois o juiz não esgotou todos os argumentos defensivos", e que, com isso, "não se tem ainda uma decisão que negue ou conceda a liberdade".

Em entrevistas à imprensa, o promotor João Salles menciona também a necessidade de esclarecer a propriedade do veículo utilizado no assassinato de Daniel, registrado em nome de uma empresa, porém apontado como sendo de um policial afastado.

21 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Demolição

O Tribunal Federal da 4ª Região determinou, em função de liminar, que a prefeitura de Paranaguá providencie a demolição de casas construídas às margens do rio Itiberê, na Ponta do Caju, e assuma a relocação das famílias. O fundamento é ambiental, mas a questão social consequente terá muito maior impacto. Em outros pontos do rio há inúmeras construções também enquadráveis como anômalas.

OPINIÃO DO LEITOR

Salário dos ministros do STF

Em 2007, o jornal brasileiro que circula no exterior, persistia em divulgar que o salário da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ellen Gracie, era 79% maior do que o do seu par nos Estados Unidos, o chefe da Suprema Corte, John Roberts. Tal comentário é de 11 anos atrás. Depois disso, naturalmente, muitas coisas aconteceram. Os magistrados brasileiros trabalham muito. No entanto, nesse momento em que o País vive a pior crise de sua história, não deviam aceitar esse aumento de 16,3%.

OSAMU ARAZAWA (contador) - Londrina

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Com aumento, Fux deve revogar liminares do auxílio-moradia

O ministro Luiz Fux, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, deve revogar as liminares que concedeu em 2014 garantindo o pagamento de auxílio-moradia a juízes, informa o jornal Folha de S.Paulo. A expectativa é que a medida seja tomada no mesmo dia em que o presidente da República, Michel Temer, sancionar reajuste de 16,3% dos salários da corte.

21 NOV 2018

A proposta de acabar com o auxílio-moradia para garantir o reajuste da magistratura foi exposta por Fux e pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, a Temer no dia 14 de novembro. Durante reunião, eles explicaram ao presidente da República que o auxílio-moradia, pago a todos os juízes, mesmo os que têm imóvel próprio, vem sendo encarado como complemento salarial diante do que acreditam ser uma defasagem ante a inflação. Com a sanção do reajuste, o auxílio poderia ser cancelado, avaliaram.

O benefício, atualmente R\$ 4,3 mil mensais aos juízes federais, foi garantido a todos os juízes do Brasil por meio de liminares concedidas pelo ministro Fux em 2014. Em duas liminares, ele definiu que o benefício está descrito no artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e deve ser pago a todos os juízes que morem em cidade sem imóvel funcional à disposição — mesmo que o juiz seja dono de imóveis.

21 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro escolhe delegados da Lava Jato para PF e departamento do Ministério da Justiça

O juiz federal Sergio Moro, que assumirá o Ministério da Justiça no próximo governo, confirmou ontem os nomes dos delegados Maurício Valeixo para a direção-geral da Polícia Federal e Érika Marena para o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica (DRCI).

Os dois policiais federais atuaram na Operação Lava Jato ao lado de Moro, que conduziu os processos na primeira instância da Justiça Federal em Curitiba. São delegados que contam com a confiança do futuro ministro e que atuam diretamente nas áreas que ele considera fundamentais.

Chefe da Polícia Federal no Paraná será diretor-geral da corporação

O atual superintendente da Polícia Federal no Paraná, delegado Maurício Leite Valeixo, assumirá o cargo de diretor-geral da instituição no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). O anúncio foi feito nesta terça-feira (20/11) pelo futuro ministro da Justiça, Sergio Moro.

Valeixo já atuou em fases da operação "lava jato" em Curitiba e foi coordenador da operação que prendeu o ex-presidente Lula, além de ter atuado no fechamento da delação premiada de

Antônio Palocci com a PF. Ele também já foi diretor de pessoal da PF.

O anúncio foi feito por Moro em entrevista coletiva no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília, onde está o gabinete de transição para o novo governo.

Moro também anunciou que a delegada Érika Marena, que hoje chefia a Superintendência da Polícia Federal de Sergipe, deve comandar o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). Ela

comandar a autoridade brasileira responsável pela cooperação com outros países em matéria penal.

Marena foi a primeira delegada responsável pela operação "lava jato". Ficou famosa depois que divulgou ter sido a autora do nome da operação. Depois que saiu do Paraná, passou a ser responsável pela PF em Santa Catarina. Saiu de lá depois do fracasso da operação que montou para investigar contratos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina.

21 NOV 2018

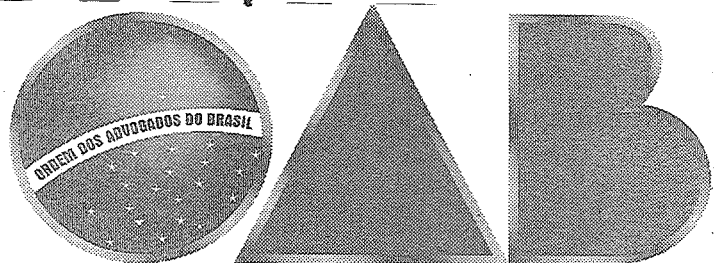
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Guerra declarada pela OAB-PR

Nesta terça-feira ouvi numa das rádios de Curitiba, destampatório entre as chapas que disputam o comando da OAB-PR em novo mandato.

O pessoal da oposição, que prega renovação pela renovação (o que por si só não basta como bandeira eleitoral) diz que a situação da OAB-PR “continua alienada dos avanços tecnológicos”; que vai construindo prédios nas regionais, que denomina de “elefantes brancos”, enquanto os novos advogados, garantem, “precisa mesmo é de



PARANÁ

conhecimento para trabalhar usando a web”.

Mais moderado, o representante da situação falou em lutar pela qualidade do

ensino das escolas de Direito; e contra a campanha dos que querem reduzir de cinco para quatro anos os cursos que formam advogados.

BEMPARANÁ

#OPERAÇÃO PUBLICANO

21 NOV 2018

MP denuncia quatro por lavagem de dinheiro

O Ministério Público Estadual apresentou nova denúncia contra quatro pessoas por crime de lavagem de dinheiro na Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual. Entre os alvos da ação estão o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita, Márcio de Albuquerque Lima – apontado pelo MP como suposto chefe do esquema – e sua mulher e também auditora do órgão, Ana Paula Pelizari Marques Lima. Também são relacionados o delator e ex-auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, e o auditor Milton Antônio Oliveira. Na denúncia, os promotores apontam cinco casos de lavagem de dinheiro para aquisição de bens por parte de Márcio Lima e a esposa. Souza e Digiacomo teriam participado do pagamento de algumas peças adquiridas pelo casal para montagem de um veículo de competição. De acordo com o MP, além do veículo, o casal teria adquirido uma lancha de mais de R\$ 850 mil com dinheiro obtido no esquema de corrupção da Receita, ocultando “a origem e a disposição de, ao menos, R\$ 645.272,73 provenientes de crimes de corrupção e concussão anteriormente praticados”.

Outros bens também estão relacionados. “No caso do Márcio Albuquerque - essa ação é só lavagem de dinheiro - em que ele recebia propina. Comprou um barco, por exemplo, que valia infinitamente menos que o declarado, em que ele lavou dinheiro junto com a esposa e o grupo citado”, afirmou o promotor Renato Lima, um dos que assina a denúncia.

O dinheiro teria sido obtido com a cobrança de propina de empresas sonegadas ou devedoras da Receita. Segundo o MP, os dois “praticaram, de forma habitual, o delito

de lavagem de ativos, com o propósito de ocultarem a origem ilícita dos valores”.

Defesa - Douglas Maranhão, responsável pela defesa de Márcio de Albuquerque Lima e Ana Paula Pelizari Marques Lima, disse que só vai se manifestar quando tiver acesso ao teor da denúncia. O advogado de Luiz Antônio de Souza, Bruno Gimenes Di Lascio, informou ao portal G1 Paraná que, ao narrar fatos de seu conhecimento, ele cumpre regularmente o acordo de colaboração premiada celebrado, cabendo ao Ministério Público opinar sobre eles e, eventualmente, oferecer as denúncias que julgar procedentes.

Estratégia - O advogado Walter Bittar, que defende Milton Digiacomo, informou que a denúncia faz parte de uma estratégia para criação de vários processos na Justiça, “na tentativa de forçar a realização de acordos de delação”. “Tanto nesse caso como em outro processo não existe lavagem de dinheiro mas, sim, a necessidade de manter a versão do delator, especialmente após este delator ter acusado em audiência os promotores do Gaeco de práticas ilícitas e, após estas acusações, conseguiu obter um novo acordo (o anterior havia sido rescindido) com benefícios que nem mesmo a lei brasileira prevê”, disse a defesa em nota.

BEMPARANÁ

JÔNATAS PIRKIEL

#A CONDUITA E O DIREITO PENAL

STJ libera presos na
operação "Capitu"

21 NOV 2018

No início do mês os presos na operação da Polícia Federal "Capitu" que investiga outro esquema de corrupção, agora no Ministério da Agricultura, foram liberados por decisão do Ministro Néfi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça, dentre eles Joesley Batista, do grupo J&F. As prisões tinham sido confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na ação que apura suposto acordo de 2014 envolvendo o então ministro da Agricultura Antônio Andrade (atual vice-governador de Minas), seu sucessor, Neri Geller, ex-secretário do MAPA Rodrigo Figueiredo, e os então executivos do Grupo J&F Investimentos Joesley Batista e Ricardo Saud.

Segundo o Ministro Néfi Cordeiro, no Habeas Corpus concedido: "...A falta de completude na verdade pode ser causa de rescisão do acordo ou de proporcional redução dos favores negociados, mas jamais causa de risco ao processo ou à sociedade, a justificar a prisão provisória... esconder fatos hoje não significa que se prejudique a colheita de provas, mesmo investigatórias, do limite fático já revelado e criminalmente perseguido...ao que parece, prende-se porque não colaborou por completo, mais como punição do que por riscos presentes...a prisão temporária exige dar-se concretizado risco às investigações de crimes graves e a tanto não serve a omissão de plena colaboração no acordo negociado da delação premiada...".

Ainda, ressalta o ministro: "...Ocorre que a colaboração do acusado não pode ser judicialmente exigida; é sempre voluntária...". Para os impetrantes: "...a prisão temporária era desnecessária, já que o objetivo da operação era apenas ouvi-lo. "Uma simples intimação seria suficiente para ouvi-lo, já que são fatos de 2014". Com a proibição da condução coercitiva, muitos juízes estão utilizando da prisão preventiva.

*O autor é advogado na área criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

Tribunal determina restituição de veículo que transportava cigarros apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento à apelação movida pelo Ministério Público contra sentença da 2ª Vara de Sinop/MT, que deferiu o pedido de um acusado da prática de contrabando, para restituir veículo apreendido.

O veículo foi retido em operação da PRF, que prendeu seu condutor em flagrante por contrabando, transportando 850 pacotes de cigarros de procedência estrangeira.

O Ministério Público recorreu ao TRF/1 sustentando que o recorrido não se desincumbiu da obrigação de comprovar que o bem apreendido não interessa mais ao processo e de que o objeto não constituía instrumento do crime, nos moldes do art. 91 do CP.

O relator do recurso entendeu que "comprovado que o veículo utilizado no

transporte dos cigarros apreendidos fora adquirido legalmente pelo acusado, inclusive através de financiamento, não merece ajustes a decisão que determina a sua restituição".

Destacou que "não se trata de bem cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, hipótese em que poderia, se procedente a ação penal, ser objeto de perda. Não se trata de bem que interesse à instrução do processo". Esse entendimento, proposto pelo sempre nobre OLINTO MENEZES, serve de alento, diante do quadro de autoritarismo e confisco reinante na seara da entrada de mercadorias estrangeiras em nosso país.

*Euclides Moraes - advogado (euclides@direitopublico.adv.br)

BEMPARANÁ 21 NOV 2018

PAINEL

#CASO DANIEL

Justiça nega pedido para revogar prisão de Cristiana Brittes

A Justiça do Paraná negou um pedido de revogação da prisão temporária de Cristiana Brittes, mulher de Edison Brittes, assassino confesso do jogador de futebol Daniel Corrêa Freitas, no dia 27 de outubro. Ela, o marido e a filha, Alana, estão presos desde o fim de outubro com temporária de 30 dias. A recusa foi do juiz Siderlei Ostrufka Cordeiro, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, onde o crime aconteceu.

O advogado Claudio Dalledone Filho havia pedido a revogação da prisão de sua cliente afirmando que não há provas de seu envolvimento no crime. Mas o juiz afirmou que a soltura de Cristiana “poderia implicar em suspeita de desaparecimento de provas, modificação do estado de coisas, etc., já que a requerente seria, ao menos, em tese, a principal interessada em proteger o marido e pai de suas filhas”. A prisão temporária pode ser renovada antes da soltura, se a polícia ou o Ministério Público pedirem e a Justiça autorizar.

Presídio

O Estado deve indenizar família que teve parente morto em presídio. O entendimento é da 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo do TJ de Mato Grosso, para quem o Estado deixou de cumprir seu dever de assegurar e proteger os detentos que estão sob sua tutela.

Banco I

Banco deve indenizar cliente que foi feito refém e usado como escudo humano durante assalto. O entendimento é da 14ª Câmara Cível do TJ de Minas Gerais, que considerou ter havido falha de segurança.

Banco II

Banco não pode cobrar prestação de leasing após furto ou roubo do bem, sob pena de caracterizar enriquecimento sem causa. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Livro

O procurador do Estado do Paraná Luiz Henrique Sormani Barbugiani lança na próxima segunda-feira, 26 de novembro, o livro “Técnica de Julgamento do Artigo 942 do CPC de 2015”, publicado pela Lumen Juris Editora. A obra trata do mecanismo de ampliação do quórum do colegiado do órgão julgador diante da identificação de uma divergência de votos. A sessão de autógrafos acontece às 18h30, na Livraria da Vila, em Curitiba.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 596 do STJ - A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.

BEMPARANÁ 21 NOV 2018

Presidente do STJ defende aumento

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio Noronha, disse ontem que a vinculação do reajuste do Supremo Tribunal Federal (STF) ao salário de servidores de Estados e municípios é “uma papagaiada”. Ele tratou sobre o tema em almoço com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, do qual também participaram o presidente do STF, Dias Toffoli, e os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carrero e José Múcio.

No último dia 8, o Senado aprovou aumento de 16,8% para os salários dos ministros do STF, que vão passar dos atuais R\$ 33,8 mil para R\$ 39,2 mil. O impacto nas contas públicas do País é estimado em R\$ 6 bilhões anuais, porque os vencimentos dos ministros definem o teto salarial do funcionalismo público, e servem de base para a definição dos vencimentos de juizes, promotores, deputados federais e estaduais, entre outros.

Teto - Após o encontro, Noronha disse que a legislação prevê que cada Estado tem que fazer sua própria lei de remuneração e o salário dos ministros do STF é um teto, o que não significa que todas as unidades da federação terão que ter reajuste. “Mostrei que esse negócio do efeito vinculante é uma papagaiada. Não pode querer transferir os problemas dos Estados para a União. Os Estados têm

que ter responsabilidade. Se não têm condições de dar o aumento, que não deem”, afirmou.

O ministro disse ainda ter dito que o reajuste não tem impacto orçamentário e que se refere a uma recomposição de perdas “O orçamento está congelado, é um realinhamento de verbas”. Segundo ele, Guedes “em princípio” chegou com posicionamento contrário ao reajuste, porque não tinha “uma série de informações”.

21 NOV 2018

BEMPARANÁ

STF desarquiva inquérito de Aécio Neves

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem desarquivar um inquérito que apurava a suspeita de envolvimento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) em esquema de corrupção e lavagem de dinheiro em Furnas, estatal do setor energético. A Segunda Turma do STF também determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) conclua a análise do caso dentro de um prazo de 60 dias.

O inquérito foi arquivado em junho deste ano pelo ministro Gilmar Mendes, que apontou ofensa à dignidade do investigado. Em 2017, a Polícia Federal apontou que não conseguiu comprovar que Aécio tivesse cometido crime. O delegado da PF Alex Levi Rezende concluiu que “não é possível atestar que o senador realizou as condutas criminosas que lhe são imputadas”.

Cargo - A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia pedido que o inquérito fosse encaminhado para a Justiça Federal do Rio de Janeiro, sob a justificativa de que o suposto crime havia sido praticado antes do mandato de Aécio como senador e não era relacionado ao cargo que o tucano atualmente ocupa. Para Gilmar, a mudança de entendimento da Corte sobre o alcance do foro privilegiado não deveria impedir o arquivamento do caso

Furnas - Ao recorrer da decisão individual de Gilmar Mendes, a PGR sustentou que Gilmar arquivou o processo sem levar em conta informações complementares anexadas ao inquérito, que tratariam de suspeitas de valores oriundos de um esquema de propinas na Diretoria de Engenharia de Furnas.

Novas informações bancárias foram obtidas por acordo de cooperação com Liechtenstein no ano passado e abriram nova linha de investigação.

21 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Caso Daniel

Justiça nega pedido de soltura de Cristiana Brittes

O juiz Siderlei Ostrufka Cordeiro, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais (PR), negou um pedido para revogar a prisão temporária de Cristiana Brittes, suspeita de participar do assassinato do jogador Daniel Corrêa. A decisão foi proferida no dia 15 de novembro.

Em seu despacho, o juiz afirmou que a prisão de Cristiana contribuiu para o andamento das investigações do crime. Edison Brittes, o Juninho Riqueza, admitiu que matou Daniel na casa em que a família comemorava o aniversá-

rio de Allana Brittes. Allana, Cristiana e Juninho estão presos desde o fim de outubro.

O advogado Claudio Dalledone Filho havia pedido a revogação da prisão de sua cliente afirmando que não há provas de seu envolvimento no crime. Mas o juiz afirmou que a soltura de Cristiana "poderia implicar em suspeita de desaparecimento de provas, modificação do estado de coisas, etc., já que a requerente seria, ao menos, em tese, a principal interessada em proteger o marido e pai de suas filhas." ●

21 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Lavagem de dinheiro provoca nova denúncia na Publicano

O Ministério Público Estadual apresentou ontem nova denúncia contra quatro pessoas por crime de lavagem de dinheiro na Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual. Entre os alvos da ação estão o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita, Márcio de Albuquerque Lima – apontado pelo MP como suposto chefe do esquema – e sua esposa e também auditora do órgão, Ana Paula Pelizari Marques Lima. Também são relacionados o delator e ex-auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, e o auditor Milton Antônio Oliveira.

Na denúncia, os promotores apontam cinco casos de lavagem de dinheiro para aquisição de bens por parte de Márcio Lima e a esposa. Souza e Digiacomo teriam participado do pagamento de algumas peças adquiridas pelo casal para montagem de um veículo de competição. De acordo com o MP, além do veículo, o casal teria adquirido uma lancha de mais de R\$ 850 mil com dinheiro obtido no esquema de corrupção da Receita, ocultando “a origem e a disposição de, ao menos, R\$ 645.272,73 provenientes de crimes de corrupção e concussão anteriormente praticados”. ●

BELINATI LIVRE

A Justiça rejeitou, ontem, uma ação civil pública por improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra Marcelo Belinati (PP), prefeito de Londrina, no norte do Paraná. Na ação, apresentada em agosto deste ano, o MP-PR alega que, apesar de ter encaminhado à Câmara Municipal dois projetos de lei visando aumentar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) cobrado na cidade e reajustar o valor da taxa de coleta de lixo, o prefeito omitiu a irregularidade no próprio condomínio em que reside.

21 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Abatimento de Lula impressiona juizes

A imagem de Lula, envelhecido, prestando depoimento à Justiça na quarta-feira (14) impressionou juizes de tribunais superiores em Brasília. Os trechos considerados mais deprimentes foram aqueles em que a juíza que substituiu Sergio Moro faz reprimenda ao ex-presidente.

A ideia de prisão domiciliar para Lula voltou a ser discutida em gabinetes, embora seja considerada remota. Ela foi aventada há alguns meses. Mas, com a alteração da composição das turmas do STF, acabou temporariamente arquivada.

Ontem, o ministro Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), pediu à Procuradoria Geral da República (PGR) para opinar sobre o novo pedido de liberdade apresentado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A defesa argumentou no novo recurso que houve parcialidade por parte do juiz federal Sérgio Moro – futuro ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro – na condenação de Lula na Operação Lava Jato e na condução de outros processos. ■

21 NOV 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

CRISTIANA SEGUE PRESA

Lucas Sarzi
lucass@tribunadoparana.com.br

Há 20 dias presa, Cristiana Brittes, esposa de Edison Brittes Junior, que confessou ter matado o jogador de futebol Daniel Corrêa de Freitas, deve continuar detida na Penitenciária Feminina de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Isso porque o pedido de revogação da prisão foi negado pela justiça. Ainda cabe recurso e o advogado Cláudio Dalledone Junior, que representa a família Brittes, deve continuar argumentando pela liberdade de Cristiana.

A informação do pedido de liberdade de Cristiana foi divulgada pela assessoria de imprensa do advogado, que informou ter pedido a revogação da prisão. O pedido foi feito ao juiz de São José dos Pinhais, o mesmo que decretou a prisão. Em resposta, o juiz se manifestou contrário ao recurso.

Segundo Dalledone, a defesa ofereceu embargos de declaração, um pedido para que o juiz explique melhor o motivo de negar a revogação,

pois o juiz não esgotou todos os argumentos defensivos. Com isso, o que acontece é que, por enquanto, não se tem ainda uma decisão que negue ou conceda a liberdade a Cristiana.

Ainda conforme o informado pela assessoria de Dalledone, é importante ressaltar que o pedido de revogação não se trata de um Habeas Corpus endereçado ao Tribunal Justiça do Paraná, mas sim de um pedido de revogação de prisão, endereçado ao juiz de São José dos Pinhais.

Cristiana foi presa junto com o marido, Edison Brittes, e a filha, Allana Brittes, depois que o corpo de Daniel foi encontrado num matagal de São José dos Pinhais. Além deles, outras quatro pessoas já foram presas suspeitas de algum tipo de ligação com o crime, que ganhou repercussão nacional. As investigações seguem pela Polícia Civil, mas o Ministério Público do Paraná informou, na última segunda-feira, que vai abrir outra investigação paralela, pois há suspeita de que Edison esteja ligado a uma quadrilha criminosa.

21 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

STF desarquiva inquérito de Furnas que investiga Aécio

Tucano é suspeito de participar de desvios na estatal; ministros da 2ª Turma dão 60 dias para PGR concluir apurações

Rafael Moraes Moura
Teo Cury / BRASÍLIA

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem desarquivar inquérito que apura a suspeita de envolvimento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) em esquema de corrupção e lavagem de dinheiro em Furnas, estatal do setor energético. O Colegiado ainda determinou que a Procuradoria-Geral da República conclua a análise do caso em 60 dias.

Com esse prazo, a PGR poderá analisar novas informações bancárias obtidas, no ano passado, por meio de acordo de cooperação com Liechtenstein. Para a PGR, a cooperação internacional com Liechtenstein abriu nova linha de investigação que não foi adotada pela Polícia Federal, “trazendo informações relevantes e até então inéditas”.

Em junho, o ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou o arquivamento do inquérito, apontando ofensa à dignidade do investigado. Em 2017, a PF alegou que não conseguiu comprovar que Aécio tivesse cometido crime. O delegado Alex Levi Rezende concluiu que “não é possível atestar que o senador realizou as condutas criminosas que lhe são imputadas”.

A PGR havia pedido que o inquérito fosse encaminhado para a Justiça do Rio, sob a justificativa de que o suposto crime havia sido praticado antes do mandato de Aécio como senador. Para Gilmar, a mudança de entendimento da Corte sobre o alcance do

foro privilegiado não deveria impedir o arquivamento do caso.

Ao recorrer da decisão individual de Gilmar Mendes, a PGR sustentou que o ministro arquivou o processo sem levar em conta informações complementares anexadas ao inquérito, que tratariam de suspeitas de valores oriundos de um esquema de propinas na Diretoria de Engenharia de Furnas.

No julgamento, Gilmar e Dias Toffoli defenderam o arquivamento do inquérito, enquanto Edson Fachin e Celso de Mello votaram pela continuidade das investigações. Prevaleceu proposta do ministro Ricardo Lewandowski: o desarquivamento do inquérito com a fixação de um prazo de 60 dias para a PGR se manifestar sobre a continuidade das investigações.

Defesa. O advogado Alberto Zacharias Toron, defensor de Aécio, disse em nota que “após dois anos e meio de investigação não foi apontada nenhuma irregularidade cometida pelo senador”. “Nunca houve envio de recursos ao exterior e inquérito sobre o fato já foi arquivado por solicitação do MPF que não constatou nenhuma irregularidade. A defesa está convicta de que as investigações irão confirmar a correção dos atos do senador.”

21 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

• **Vai começar.** A escolha de Maurício Valeixo para a PF demonstra a intenção de Sérgio Moro de focar nas grandes operações de combate à corrupção.

• **A fatura.** De acordo com dados do Supremo, a Corte desembolsou R\$ 1,6 milhão para pagamento de auxílio-moradia de setembro de 2016 até outubro deste ano.

SÔNIA RACY

Sem perdão?

O STF julga hoje ação da PGR contra o decreto de indulto editado por Temer, que teve alguns de seus pontos suspensos por Luís Roberto Barroso. O ministro proibiu, por exemplo, perdão para condenados por corrupção e lavagem de dinheiro. A ação está pronta para ser julgada desde março.

21 NOV 2018

METRO

Chefe da PF no Paraná será novo diretor-geral

O superintendente da PF (Polícia Federal) no Paraná, Maurício Valeixo, será o diretor-geral da corporação no governo Bolsonaro. A indicação já estava quase acertada, e ontem foi confirmada pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, futuro Ministro da Justiça.

Valeixo assumiu a PF no Paraná no lugar de Rosalvo Ferreira Franco, que se aposentou em dezembro de 2017. Franco, que chefiou a unidade durante os primeiros anos da operação Lava Jato, também integra a equipe de transição de Moro.

Outra ex-integrante da Lava Jato, a delegada da PF Érika Marena, chefiará o DR-CI, departamento do Ministério da Justiça que cuida de cooperação internacional.

Moro foi questionado sobre o fato de que Marena, após deixar a Lava Jato, chefiou a operação da PF em Santa Catarina que resultou no suicídio de Luiz Cancelier de Olivo, reitor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Moro disse que "foi algo muito trágico", mas que a delegada não pode ser responsabilizada.

Caso Furnas. Supremo desarquiva processo contra Aécio Neves

A 2ª Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) desarquivou o processo contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), acusado de participar de um esquema de desvios em Furnas. O caso havia sido arquivado em junho pe-

lo ministro Gilmar Mendes, mas foi reaberto a pedido da PGR (Procuradoria Geral da República), que apresentou novas provas. Foi aberto prazo de 60 dias para a conclusão das investigações.